

Oportunidades para o IPCB no Programa de Recuperação e Resiliência



Paulo Marques
PhD
Professor Adjunto
da Escola Superior
de Tecnologia
do Instituto
Politécnico de
Castelo Branco

paulomarques@
ipcb.pt

O Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), apresentado à Comissão Europeia pelo Governo, enquadra-se no mecanismo extraordinário NEXT GENERATION EU criado em resposta à crise causada pela pandemia COVID19 e que será utilizado pela primeira vez na história da União Europeia. O PRR é um programa com um período de execução até 2026, e vai implementar um conjunto de investimentos no valor de 16,4 mil M€. Durante os próximos seis anos o PRR fará fluir meios numa dimensão sem precedentes para a modernização e o desenvolvimento económico e social de Portugal. O PRR está organizado em 3 dimensões estruturantes: a Resiliência, a Transição Climática e a Transição Digital, num total de 20 componentes e 83 investimentos.

O documento de suporte ao PRR, com 335 páginas, está disponível online e merece uma reflexão cuidada da comunidade do Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB), como ator chave no desenvolvimento regional da Beira Interior.

Da análise ao PRR destaca-se que os apoios aos Sistema Científico e de Ensino Superior são principalmente para projetos em forma de consórcio. O PRR abre um conjunto de oportunidades ao IPCB que nos desafia a trabalhar mais em rede, privilegiando a ligação às empresas, organismos da administração pública e outras entidades do Ensino Superior. Existem poucas medidas de discriminação positiva para projetos no Interior, donde o IPCB terá de competir por esses recursos a nível nacional, com instituições mais fortes.

O IPCB tem equipas de docentes com provas dadas na captação de projetos financiados em concursos competitivos, através dos programas P2020 e H2020, e que podem ser mobilizadas como ponto de partida para este enorme desafio e oportunidade. Devemos ser ágeis no debate interno sobre os projetos a submeter às várias dimensões do PRR e começar a criar as parcerias necessárias. Por exemplo, na dimensão da Transição Digital, o IPCB pode, junto das empresas da região, dar a conhecer as oportunidades abertas pelo PRR e ajudá-las na preparação das candidaturas, implementação dos projetos, participando como copromotor na sua execução, beneficiando de recursos e equipamentos.

A construção de propostas de projeto e a sua execução é um processo muito exigente que no contexto atual acumula com a componente pedagógica dos docentes. É um trabalho que requer um profundo conhecimento técnico das matérias e que não pode ser delegado aos Serviços de apoio aos projetos. Na minha opinião, é necessário criar os incentivos capazes de mobilizar o talento existente no IPCB para aproveitarmos melhor as oportunidades do PRR, trazendo recursos financeiros para o IPCB, contribuindo ativamente para a recuperação económica, e fixando jovens qualificados na região.

Apresenta-se abaixo um resumo das principais componentes do PRR onde o IPCB poderá

assumir um papel proativo na captação de projetos e financiamento. Mantem-se a numeração usada pelo PRR.

C2: Alojamento Estudantil a custos acessíveis (375 M€). O objetivo é disponibilizar, até 2026, 15.000 camas em alojamento estudantil, nomeadamente através da construção, adaptação e recuperação de residências para estudantes, dando prioridade a projetos de reabilitação de edifícios do Estado, de instituições de ensino superior e de municípios.

C5: Capitalização e Inovação Empresarial: Um dos objetivos é o reforço da capacitação do sistema científico e a ligação ao tecido empresarial, garantindo de forma eficiente o apoio necessário para dotar esta rede de recursos humanos, equipamentos, meios técnicos e financeiros exigidos para potenciar o seu impacto na transferência de tecnologia e na valorização económica do conhecimento.

Alianças mobilizadoras para a Inovação Empresarial (558 M€): Esta iniciativa será muito focada e seletiva, sendo direcionada para um conjunto muito limitado de áreas de desenvolvimento estratégico (TIC, Indústrias e tecnologias de produção, Saúde, Indústrias Culturais). As propostas poderão ser promovidas por empresas, instituições de I&D e entidades não empresariais do sistema de investigação e inovação, entidades de âmbito municipal e instituições de ensino superior.

Alianças Verdes para a Inovação Empresarial (372 M€): Pretende-se dinamizar um número limitado de Agendas Verdes para a inovação empresarial, com ênfase na reindustrialização, devendo os projetos colaborativos a apoiar permitir alavancar o desenvolvimento de novos produtos, serviços e soluções, com elevado valor acrescentado e incorporação de conhecimento e tecnologia, que permita responder ao desafio da transição verde em direção à sustentabilidade ambiental. As propostas poderão ser promovidas por empresas, instituições de I&D e entidades não empresariais do sistema de investigação e inovação, entidades de âmbito municipal e instituições de ensino superior. Áreas temáticas: Energia, Agroalimentar, Floresta, Água e Ambiente.

Agenda de investigação e inovação para a



sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria (93 M€): O objetivo é dinamizar 100 programas e projetos de investigação e inovação e cinco projetos estruturantes. Estes programas e projetos serão complementados com uma aposta na modernização da Rede de Inovação, através da renovação/ requalificação das infraestruturas e equipamentos científicos de laboratórios, estruturas piloto, estações centro experimentais, coleções de variedades regionais e efetivos de raças autóctones.

C6: Qualificação e competências:

Incentivo Adultos (130 M€): O objetivo é apoiar a conversão e atualização de competências de adultos ativos em formações de curta duração no ensino superior (universidades e politécnicos). Promover uma rede de, pelo menos, dez “Escolas” e/ou “Alianças” para a formação pós-graduada, com pelo menos quatro iniciativas no interior do país até ao 3º trimestre de 2023, na forma de consórcios entre instituições de ensino superior e empregadores.

Impulso Jovens STEAM (130 M€): Pretende-se apoiar iniciativas a desenvolver por parte das instituições de ensino superior, incluindo

universidades e politécnicos, em consórcio com empregadores, orientadas para aumentar a graduação superior de jovens em áreas de ciências, tecnologias, engenharias, artes/humanidades e matemática (STEAM-Science, Technology, Engineering, Arts and Mathematics). O programa será implementado em conjunto com o Programa Impulso Adultos através de um único concurso, aberto e competitivo.

C13: Eficiência energética em edifícios da administração pública (240 M€). Pretende-se promover investimentos numa significativa vaga de renovação energética de edifícios da administração pública central e de instituições de ensino (de todos os níveis, incluindo superior).

C16: Empresas4.0. Os investimentos selecionados, coordenados pelo IAPMEI, irão contribuir para o reforço da capacidade de alteração estrutural, ao nível da transição digital do tecido empresarial que deverá privilegiar sempre que pertinente a articulação com as instituições de ensino superior e as entidades associativas representativas dos vários setores económicos.

Transição Digital das Empresas (450 M€): Entre outros programas este investimento visa a criação duma Rede Nacional de 30 Test Beds, através de infraestruturas que visam criar as condições necessárias às empresas para o desenvolvimento e teste de novos produtos e serviços, e para acelerar o processo de transição digital.

Catalisação da Transição Digital das Empresas (100 M€): Entre outros programas este investimento visa fomentar o desenvolvimento de Digital Innovation Hubs – os DIH são estruturas que visam a centralização de um conjunto de serviços de apoio à transição digital das empresas, em condições mais acessíveis, focando este processo em três tecnologias disruptivas: Inteligência Artificial, High Performance Computing e Cibersegurança.